



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº042/2025

Florianópolis, 6 de março de 2025.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto contendo a Alteração 4.895 no RICMS/SC-01, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

A Alteração tem como objetivo dispensar o recolhimento do imposto diferido relativo às saídas internas com leite fresco, de que trata o inciso V do caput do at. 3º do Anexo 3.

Essa inclusão acontece por meio da internalização do Convênio ICMS 132, de 2024, para regularizar as hipóteses em que ocorrer a interrupção do diferimento em função de a saída interna subsequente ser contemplada com redução de base de cálculo, concedida com fundamento no Convênio ICMS 128, de 1994 (art. 11-A do Anexo 2).

Por fim, é mister destacar que a cláusula de vigência estabelece que este Decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Respeitosamente,

CLEVERSON SIEWERT
Secretário de Estado da Fazenda
(assinado digitalmente)

Excelentíssimo Senhor
JORGINHO DOS SANTOS MELLO
Governador do Estado
Florianópolis – SC

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

Redação Atual Anexo 3	Redação Proposta – Anexo 3 Alteração 4.895	Justificativa
<p>Art. 3º.</p> <p>.....</p> <p>Parágrafo único. O diferimento previsto no inciso X não se aplica às operações com mercadoria importada com destino a estabelecimento comercial.</p>	<p>Art. 3º.</p> <p>.....</p> <p>§ 1º</p> <p>§ 2º Enquanto vigorar o Convênio ICMS 132/24, fica dispensado o recolhimento do imposto diferido relativo às saídas internas com leite fresco, de que trata o inciso V do caput deste artigo, realizadas por produtor rural ou cooperativas com destino a contribuinte, na hipótese de ocorrer a interrupção do diferimento em função de saída interna subsequente com a redução de base de cálculo disposta no inciso XII do caput do art. 11-A do Anexo 2 (Lei nº 19.184, de 2025).</p>	<p>A Alteração 4.895 tem como objetivo dispensar o recolhimento do imposto diferido relativo às saídas internas com leite fresco, de que trata o inciso V do caput do at. 3º do Anexo 3.</p> <p>Essa inclusão acontece por meio da internalização do Convênio ICMS 132, de 2024, para regularizar as hipóteses em que ocorrer a interrupção do diferimento em função de a saída interna subsequente ser contemplada com redução de base de cálculo, concedida com fundamento no Convênio ICMS 128, de 1994 (art. 11-A do Anexo 2).</p>
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	Redação Proposta	Justificativa
	<p>Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Foi prevista produção de efeitos a contar da data de publicação.</p>